

## PARA A HISTÓRIA DO PENSAMENTO LINGUÍSTICO NO BRASIL: O PERÍODO MISSIONÁRIO QUINHENTISTA

Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)  
[leonardokaltner@id.uff.br](mailto:leonardokaltner@id.uff.br)

### RESUMO

O objetivo dessa apresentação é debater o modelo teórico de descrição da história do pensamento linguístico (*linguistic thought*) (SWIGGERS, 2013; 2019) no Brasil, tendo como tema o período missionário na América portuguesa quinhentista, mais especificamente. A principal obra com reflexões metalinguísticas desse período é a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (ANCHIETA, 1595), cujo autor foi S. José de Anchieta, SJ (1534–1597). Analisaremos pelos pressupostos da disciplina de *Historiografia da Linguística* (BATISTA, 2019; SWIGGERS, 2013; KOERNER, 1996), em sua linha de pesquisas da *Linguística Missionária* (ZWARTJES, 2002), uma divisão em três fases do desenvolvimento do pensamento linguístico no período missionário quinhentista, por pontos de ancoragem (*anchoring points*) que permitam contextualizar a obra de Anchieta.

### Palavras-chave:

Gramaticografia. Tupinologia. Linguística Missionária.

### ABSTRACT

The purpose of this presentation is to discuss the theoretical model of description of the history of linguistic thought (SWIGGERS, 2013; 2019) in Brazil, having as its theme the missionary period in Portuguese America in the 16th century, more specifically. The main work with metalinguistic reflections from this period is the *Art of grammar of the most used language on the coast of Brazil* (ANCHIETA, 1595), whose author was S. José de Anchieta, SJ (1534–1597). I will analyze by the assumptions of the *Historiography of Linguistics* discipline (BATISTA, 2019; SWIGGERS, 2013; KOERNER, 1996), in its line of research on *Missionary Linguistics* (ZWARTJES, 2002), a division into three phases of the development of linguistic thought in the missionary period sixteenth century, by anchoring points that allow the contextualization of Anchieta's work.

### Keywords:

Grammaticography. Tupinology. Missionary Linguistics.

## 1. Introdução

Em nossa pesquisa, temos como objetivo geral o estudo da história do “pensamento linguístico” (*linguistic thought*) (SWIGGERS, 2013; 2019) no Brasil, pelos pressupostos da disciplina de *Historiografia da Linguística* (HL). Seguimos os fundamentos teórico-metodológicos de Pierre Swiggers (2013; 2019), de Sylvain Auroux (1992) e de Konrad

Koerner (1996), que desenvolveram a disciplina de HL em contexto internacional. No Brasil, coube à Cristina Altman (2019) o trabalho pioneiro de desenvolver uma HL sobre o pensamento linguístico brasileiro, e, mais atualmente, Ronaldo Batista (2019) tem debatido as questões de meta-historiografia, isto é, a adaptação da teoria da HL na descrição do pensamento linguístico no Brasil.

Uma das premissas da HL é a historicidade do pensamento linguístico, em uma narrativa que não se constitua como historicismo. Isto é, deve haver na interpretação da história do pensamento linguístico um tom do discurso do historiógrafo da linguística em sua narrativa que não fuja do tema central que é o pensamento linguístico propriamente dito:

A interpretação historiográfica necessita de um historicismo moderado: uma história da linguística deve ser observada levando em conta os contextos históricos, sociais e culturais de produção, difusão e recepção do conhecimento sobre a linguagem. No entanto, esses contextos devem ser levados em conta na análise de ideias linguísticas em justa medida para auxiliar o historiógrafo e não para desequilibradamente tratar de uma história “geral” que não tenha valor interpretativo para uma historiografia dos estudos linguísticos. (BATISTA, 2019, p. 13)

Nesse aspecto, essa premissa teórico-cultural norteia os debates acerca da história do pensamento linguístico em contextos diversos, como a América portuguesa quinhentista, tema de nosso projeto de pesquisas: “Regna Brasillica: o Brasil quinhentista à luz da Historiografia da Linguística”, desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisas: “Filologia, línguas clássicas e línguas formadoras da cultura nacional” (FILLIC/CNPq/UFF), credenciado no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense. Nosso tema de análise e descrição tem sido o contexto do Brasil do século XVI, em que se situam os *Monumenta Anchieta*, as obras de S. José de Anchieta, SJ (1534–1597).

A premissa da historicidade, que se opõe ao historicismo, é fundamental para o trato de questões sócio-históricas de cada contexto analisado. No caso da América portuguesa quinhentista, o contexto colonial nos leva a considerar perspectivas da sociedade absolutista e confessional europeia, como o desenvolvimento da política missionária, além de temas transversais como o escravismo, e, mesmo, o genocídio de comunidades indígenas, durante a expansão territorial. São questões transversais que marcam as desigualdades históricas surgidas no amplo contexto cultural da “conquista” das Américas pelos reinos absolutistas europeus e constituem o contexto analisado.

## 2. *O modelo teórico: período missionário quinhentista e suas três fases*

O desenvolvimento histórico do pensamento linguístico na América portuguesa enquadra-se no que Cristina Altman (2019) rotula como uma “lingüística de recepção”, que é traço característico do período missionário. Essa linguística de recepção diz respeito a como o pensamento linguístico europeu influiu na inserção da América portuguesa quinhentista em um contexto mais amplo do mundo ocidental. Nesse sentido, o período missionário caracteriza-se pela atuação de intelectuais oriundos das ordens religiosas, vinculados à política missionária da época.

No artigo, debatemos nosso modelo teórico para a descrição da história do pensamento linguístico na América portuguesa quinhentista, como contexto específico. O objeto de estudos central, nesse contexto específico, são as obras dos *Monumenta Anchieta*, as obras produzidas por Anchieta, que se constituem como a principal produção intelectual da época. A *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (ANCHIETA, 1595; 1990 [1595]) é obra integrante dos *Monumenta Anchieta*, e tema de investigação da Linguística Missionária, linha de pesquisa da disciplina de HL, desenvolvida por Zwartjes (2002).

Cumprе salientar que as obras dos *Monumenta Anchieta* foram escritas em meados do século XVI até o final do século, entre 1554 e 1595/97, e refletem as nuances das mudanças no pensamento linguístico durante esse recorte temporal na América portuguesa. Anchieta foi um dos expoentes desse momento histórico e o único gramático de sua época na colônia ultramarina de Portugal, nas Américas, de que temos conhecimento.

Cumprе tecer algumas considerações acerca do modelo teórico que desenvolvemos e temos debatido para descrever a história do pensamento linguístico no Brasil, em textos anteriores (Cf. KALTNER, 2019b; 2020a; 2020b; 2022).

Em um primeiro momento, para tratar da história do pensamento linguístico no Brasil, de modo geral, propomos uma periodização ampla, com um modelo teórico de três períodos históricos institucionais como um todo: o período missionário, o secular e o científico. Essa periodização leva em consideração grandes mudanças institucionais, em continuidades e descontinuidades, com pontos de ancoragem específicos que têm sido debatidos em outros estudos.

Propusemos, inicialmente, uma divisão do período missionário em duas fases: a empírica e a institucional, tendo como ponto de ancoragem

o *Regimento de Tomé de Souza*, em 1548, que estabeleceu a política missionária oficial. Todavia, após um exame mais minucioso da documentação da época em relação à produção dos *Monumenta Anchieta* e sua interpretação pelo aporte da HL, propomos um novo modelo, com a divisão do período missionário da América portuguesa quinhentista em três fases institucionais, a que rotulamos como: a fase da ecologia do contato de línguas, a fase da *Respublica Litteraria* e a fase do racionalismo escolástico.

Essa divisão em três fases é o novo tema que debatemos no artigo, interessando-nos descrevê-las e determinar os “pontos de ancoragem” (*anchoring points*) (Cf. SWIGGERS, 2013; 2019) nas mudanças do pensamento linguístico da América portuguesa quinhentista, como motivação para as obras que compõem os *Monumenta Anchieta*. O rótulo para cada uma das fases busca caracterizar as maiores influências do pensamento na constituição da colônia ultramarina quinhentista, que oscilou na recepção do pensamento europeu, mais especificamente, a recepção dos pensamentos linguísticos português, francês e espanhol no século XVI, o que pode ser descrito e analisado também em uma perspectiva eurobrasileira (Cf. KALTNER, 2020c).

Essas três fases propostas possuem também, como ponto de ancoragem, as decisões institucionais tomadas no desenvolvimento da política missionária quinhentista e são fundamentos interpretativos para o pensamento linguístico de Anchieta, registrado nos *Monumenta Anchieta*, como a principal produção intelectual da América portuguesa quinhentista. Dessa forma, o modelo teórico posiciona-se como instrumento crítico-interpretativo das nuances de variação do pensamento linguístico na política missionária da América portuguesa quinhentista, seguindo o rigor dos critérios de historicidade da disciplina de HL.

### **3. A fase da “ecologia do contato de línguas” (1500–1548)**

Para rotular a primeira fase do período missionário da história do pensamento linguístico na América portuguesa quinhentista, tomamos de empréstimo o conceito de “ecologia do contato de línguas” da Ecolinguística, desenvolvido por Mackey, no texto “*Toward an ecology of language contact*”, de 1979, e retomado por Auroux (1992) e Couto (2007). A abordagem ecolinguística é interdisciplinar à HL, segundo Swiggers (2013; 2019), servindo à descrição de períodos em que a oralidade pre-

dominou, como o interstício entre 1500 e 1548, na América portuguesa quinhentista (Cf. KALTNER, SANTOS, TEIXEIRA, 2019).

Couto define assim a “ecologia do contato de línguas”, que só ocorre quando uma comunidade linguística se desloca para o território de outra comunidade que não possui a mesma língua comum, caso da América portuguesa quinhentista nas primeiras décadas do projeto colonial:

O contato de línguas não é nada mais do que uma tentativa de comunicação (comunicação interlinguística) entre pessoas falantes de línguas mutuamente ininteligíveis. Como cada povo (P) e respectiva língua (L) tem o seu território (T), só há contato quando o P de uma Comunidade se desloca para o T de outra Comunidade. Em suma, o que entra em contato é, na verdade, PL. (COUTO, 2007, p. 284)

A primeira fase, rotulada como “ecologia do contato de línguas”, tem como ponto de ancoragem o início da política missionária, de 1500 até 1548, como um reflexo da “política africana” (Cf. TANNUS, 2007) do reino absolutista de Portugal, nos séculos XV e XVI. A intelectualidade lusitana nesse contexto ainda era de base medieval, com o predomínio da escolástica aristotélico-tomista, como modelo de pensamento dos missionários oriundos das ordens regulares. A gramática ainda era considerada uma das disciplinas do *trivium*, e sinônimo para o ensino de latim, no contexto de formação intelectual das ordens religiosas.

Nesse sentido, na América portuguesa, a atuação de missionários franciscanos e de intérpretes, chamados de “lingoas” pelos portugueses e “*truchements*” pelos franceses, era a base intelectual da política missionária, ainda muito vinculada às navegações. Dessa época, o alinhamento entre o reino de Portugal e o reino da França era patente, inclusive pelo “consórcio” da Nau Bretoa na América portuguesa quinhentista, que tinha por finalidade a exploração de pau-brasil. As influências de Diogo de Teive e do modelo medieval de capitânicas hereditárias marcam o pensamento institucional quanto à colônia.

Nessa primeira fase, a colonização do território por Martim Afonso de Souza, em 1532, marca o início das alianças interculturais que teriam sido a base de ocupação na capitania de São Vicente, que, inclusive, recebeu os primeiros africanos escravizados. Essas alianças interculturais entre europeus e indígenas se deram por uma “ecologia do contato de línguas”, de base empírica, e formaram uma língua de contato que teria sido descrita posteriormente por Anchieta.

O pensamento linguístico dessa fase pode ser interpretado pelo conceito ecolinguístico de “ecologia do contato de línguas”, pois a políti-

ca missionária, que ainda não era oficial, se valia de uma interação intercultural em que predominava o caráter empírico na comunicação, com o uso da música litúrgica na catequese, e mesmo um contato intermediado pelo uso comum do território no espaço colonial, nem sempre pacífico. Nessa fase, fora dos domínios de Portugal, desenvolveu-se a missão *Mbiça*, em Laguna, com missionários franciscanos espanhóis, já com provável influência do pensamento linguístico de Nebrija, em sua formação humanística. Todavia, nessa época, não há maiores registros sobre a língua de contatou se desenvolvia com intérpretes europeus e indígenas, como o polêmico João Ramalho, em São Vicente, e o Caramuru na atual Bahia, que teria se tornado sede do governo-geral em 1548.

#### **4. A fase da *Respublica Litteraria* (1549–1580)**

A segunda fase, a qual rotulamos como *Respublica Litteraria*, dada entre 1549 e 1580, é marcada pela política missionária oficial na América portuguesa quinhentista, sob administração jesuítica. O *modus parisiensis* e a política cultural de D. João III (1502–1557) são as principais inovações dessa época em Portugal, e teriam servido como modelo para a atuação de missionários com formação humanística nas colônias ultramarinas (Cf. KALTNER, 2016). Há uma influência notável da corrente de pensamento do humanismo renascentista europeu em Portugal, por modelo derivado do Colégio Santa Bárbara em Paris e do Colégio de Guiana, o que é representado pelo plano de estudos conhecido como *Schola Aquitanica*, editado em 1583 (Cf. KALTNER, SANTOS, 2020).

Outro documento que registra o “clima intelectual” (Cf. KOERNER, 1996; 2010) desse contexto é o discurso *De Liberalium Artium Studiis Oratio* (Oração sobre o estudo das artes liberais), de 1548, proferido pelo humanista francês Arnaldo Fabrício na abertura do primeiro ano letivo do Real Colégio das Artes de Coimbra (Cf. KALTNER, 2019). Nóbrega e Anchieta tiveram passagem por Coimbra antes de terem sido enviados como missionários para a América portuguesa.

As inovações do humanismo renascentista chegam à colônia, oficialmente, e essa é a época de Nóbrega, Luís da Grã e Anchieta, entre outros (Cf. KALTNER, SILVA, 2019). A primeira obra humanística de relevo produzida por Anchieta, nesse contexto, é a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, seguida dos poemas novilatinos *De Gestis Mendi de Saa* e *De Beata Virgine Dei Matre Maria*, contidos no *Manuscrito de Algorta*. A produção de cartas era patente pelos mis-

sionários, cuja formação humanística, tendo por base o pensamento de Cícero, registrou a atividade intelectual da época. No contexto europeu, a gramática de Manuel Álvares foi publicada em 1572 e as *humanitates*, isto é, o ensino de latim pelos humanistas, tem grande divulgação entre os missionários jesuítas.

Caracteriza-se essa fase por uma influência da corrente de pensamento do humanismo renascentista português, a chegada da gramática humanística e a redação de uma gramática missionária na colônia. A escolástica não é abandonada, mas torna-se secundária, em face das influências humanísticas, que simplificam o processo descritivo das línguas e a gramatização de vernáculos. Grande parte das obras dos *Monumenta Anchieta* são escritas e circulam nessa fase, para a formação de missionários. A tentativa de colonização da França Antártica, entre 1555-1567, na América portuguesa, também foi marcada pela presença de missionários, católicos e calvinistas, com formação humanística e caracterizou esse recorte histórico.

A língua de contato que se desenvolveu na fase anterior começou a ter registro escrito e ser utilizada na tradução e adaptação da doutrina cristã da época, pelos pressupostos do Concílio de Trento, tendo se constituído como verdadeiro vernáculo da América portuguesa. A língua dos indígenas de “cultura tupinambá” foi a primeira língua do Brasil, enquanto o português era utilizado em grande maioria pelos colonizadores. Essa fase também marca uma expansão do tráfico negreiro e uma “ecologia do contato de línguas” com a chamada língua de Angola, do ciclo da Guiné. A resistência africana à escravidão é marcada pelo surgimento dos primeiros quilombos já nessa época.

Vejamos um excerto da gramática de Anchieta, para exemplificar o trabalho de transcrição e de comentários, por análise filológica, da obra. O excerto em questão é oriundo do segundo capítulo, sobre ortografia. Os parágrafos 5 e 6 deste capítulo (Cf. ANCHIETA, 1595) e os parágrafos 13 e 14 da obra, na edição de Platzmann (1874), tratam de fenômenos fonéticos em verbos nos pretéritos da língua dos indígenas de cultura tupinambá. Para a tradução dos termos na língua indígena, seguimos as lições de Platzmann, em colação com as lições de Navarro (2011):

Nos Præteritos.

Tetama, Tetamboéra, pro Tetamoéra, etc.

¶ D. in principio dictionis nunqua se pronũcia fem, n. atraz, ou n. fomen-tes tirado o D. vt ndé, vel né, tu, naçói, l, ndaçói, não vou, yxe ndaçói, vel, naçói & não, yxê daçói.

¶ No meio da dição metefe d. poft, n. & he mais cõmum pronunciação vt.

Nos verbaes, pinàra, pindàra, pindába.

Nos Præteritos, vt ména, mendoéra, pro menoéra.

Nos verbos compoſtos com, e. infine, vt Anhân, Anhanê, Anhandê.

Em nomes compoſtos podeſe interpor, ou não; quod vſus docebit, vt Amána, ibâ, Amánibâ, Amândibâ.

Se o ſeguinte nome he dos começados por t. que ſe muda em r. o mais commum he por lhe, d. vt mēna, túba, méndúba (ANCHIETA, 1595, 2v-3f).

(Nos pretéritos.

*Tetama* (terra natal, região), *Tetamboéra* (terra, região), em vez de *Tetamoéra* etc.

[D]. no princípio da palavra nunca se pronuncia sem [n], antes, ou somente se pronuncia o [n], tirando-se o [d], como *ndé*, *ouné*, (tu), *naçói*, *oun-daçói*, (eu não vou), *yxé ndaçói*, *ounaçóie* não *yxé daçói*.

No meio da palavra coloca-se [d] após [n], e é essa a pronúncia mais comum, como nos nomes derivados de verbos *pinàra*, *pindàra* (o que corta, barbeiro), *pindába* (lugar de cortar, barbearia).

Nos pretéritos, como *ména* (homem), *mendoéra* (marido, ou ex-marido), em vez de *menoéra*.

Nos verbos compostos com [e] no fim, como *Anhân* (eu me apresso), *Anhanê* (eu estou com pressa), ou *Anhandê*.

Em nomes compostos pode ser interposto ou não, o que o uso ensinará, como *Amána* (nuvem de chuva, chuva), *ibâ* (fruta), *Amánibâ*, *Amândibâ* (grãos de chuva, ou granizo, saraiva).

Se o nome [composto] seguinte é dos que são começados por [t], que se transforma em [r], o mais comum é por-lhe [d], como *mēna* (homem), *túba* (pai), cujo composto é *méndúba* (sogro).

Nesse excerto, podemos notar o processo descritivo da língua dos indígenas de cultura tupinambá por Anchieta. Essa era a principal inovação do pensamento linguístico nessa fase do período missionário na América portuguesa quinhentista. Note-se que na descrição da ortografia, Anchieta apresenta as variantes no uso do fonema [d], que sempre é antecedido de um [n], conforme o humanista, e, às vezes mesmo suprimido, com o uso apenas do fonema [n]. Essa percepção da língua denota a tentativa de descrever o sistema fonético da língua dos indígenas, comparando com o sistema da língua portuguesa e do latim.

A gramática de Anchieta apresenta a especulação gramatical dos humanistas e sua forma de compreender fenômenos como fonética pela mentalidade da gramática humanística. O sistema fonético da língua foi descrito por Aryon Rodrigues, e citado por Zwartjes (2002). O grupo de fonemas [nd] é uma das representações do fonema [d] pré-nasalizado, [nd], que pode ter surgido na língua pelo contato linguístico com os europeus como variante de outros fonemas, antes da chegada de Anchieta à América portuguesa, se seguirmos o quadro proposto por Rodrigues



(1997). Esse é um tema da Linguística Histórica que carece de maior debate, não sendo escopo do artigo abordá-lo ainda.

### 5. A fase do “racionalismo escolástico” (1580 ao século XVII)

Por fim, a terceira fase do período missionário da América portuguesa quinhentista é rotulada como a fase do “racionalismo escolástico”, devido à emergência da Segunda Escolástica ibérica sobre o pensamento humanístico português. Essa fase, na colônia ultramarina, tem como ponto de ancoragem a União Ibérica em 1580, com a chegada oficial de outras ordens religiosas à América portuguesa, sob a coroa de Castela e as visitações da Inquisição no final do século. Esse contexto é marcado por uma maior influência da nova escolástica e um declínio do humanismo renascentista.

Tendências medievais de pensamento são retomadas, sobretudo pelos *Cursus Conimbricensis*, com a lógica aristotélica como forma de interpretação da doutrina cristã. Em relação aos *Monumenta Anchieta*, essa é uma fase em que a obra dramática de Anchieta se desenvolve mais, marcando um retorno do humanista e missionário a formas medievais de expressão poética, o que prenuncia o Barroco. Nota-se também um maior uso do castelhano em seu teatro.

A gramática de Anchieta, escrita entre 1554–1556, na segunda fase do período missionário, é publicada em 1595, e o ponto de ancoragem para o final dessa fase é a edição da *Ratio Studiorum*, de 1599, que sistematiza o ensino jesuítico em uma síntese do humanismo com a escolástica.

O retorno da escolástica faz com que o latim retome o seu prestígio, o que significa, no contexto da América portuguesa quinhentista, uma grande influência da gramática de Álvares na formação de teólogos. Assim, as gramáticas missionárias que teriam surgido na colônia, a partir de então, passariam a seguir estritamente esse modelo. Não há o registro de outras obras no século XVI, mas, no período missionário setecentista, há uma continuidade desse pensamento linguístico pautado na escolástica, com apoio na *Ratio Studiorum*, e por conseguinte, na obra de Álvares.

## **6. Para além da América portuguesa quinhentista**

Com essa periodização e divisão em fases, acreditamos que o modelo teórico para a descrição do pensamento linguístico vinculado aos *Monumenta Anchieta*, pelos pressupostos da HL, já esteja esgotado. Em próxima etapa cabe descrever o processo de desenvolvimento do pensamento linguístico nesse contexto institucional, em cada uma das fases propostas, analisando os pontos de ancoragem e a documentação linguística. Todavia, como considerações teóricas acerca de um período missionário na história do pensamento linguístico no Brasil, devemos iniciar reflexões sobre a periodização quanto às outras fases desse desenvolvimento, ainda contínuo no século XVII até meados do século XVIII, quando predominava uma intelectualidade missionária, pré-moderna, na América portuguesa.

O século XVII, ainda no período missionário da história do pensamento linguístico na América portuguesa, marcou a continuidade da colonização, e um aprofundamento da educação jesuítica, com a expansão do projeto colonial. A Segunda Escolástica foi a corrente de pensamento hegemônica nesse contexto ibérico, com grande influência do pensamento de João de São Tomás (1589–1644) e um ensino de latim pautado na obra gramatical de Manuel Álvares, pelo sistema da *Ratio Studiorum*. Não houve grandes mudanças ou mesmo revoluções.

Podemos dividir a história do pensamento linguístico na América portuguesa seiscentista em fases pelas principais publicações de gramáticas missionárias escritas nesse contexto específico. A gramática de Figueira (1621) teria marcado a primeira fase, enquanto as obras de Pedro Dias (1697) e de Mamiani (1699), a segunda fase de expansionismo do projeto colonial. O modelo alvaresiano era predominante. Entretanto, essa modelagem ainda é preliminar, carecendo de maior aprofundamento.

Abra-se um parêntese para o projeto colonial do Brasil holandês, que buscou romper com a administração espanhola da América portuguesa, e teve na figura do humanista Maurício de Nassau (1604–1679) um alinhamento a outras correntes de pensamento europeias, diversas da “nova escolástica”, e com mais tolerância para com a diversidade religiosa. Todavia, a experiência de colonização holandesa foi descontínua, e o século XVII marcou a reafirmação da influência do absolutismo ibérico no pensamento da América portuguesa, com uma interiorização territorial da administração colonial.

Um dos principais expoentes dessa intelectualidade seiscentista foi Antônio Vieira (1608–1697), sua atuação como missionário e a expansão do projeto colonial até a Amazônia teriam sido traços característicos da época. Para projetar essa expansão, ainda no espírito da “conquista”, as gramáticas missionárias teriam sido instrumento de expansão da doutrina cristã e a nova escolástica o sistema de pensamento que teria estado em sua base.

O período missionário na América portuguesa encerrou-se no século XVIII, com a secularização promovida pelo Marques do Pombal, e um novo alinhamento com o pensamento empirista inglês, o que marcou um declínio da nova escolástica e do uso da gramática latina de Manuel Álvares pela intelectualidade da colônia. O *Directório dos Índios*, de 1757, é o ponto de ancoragem que delimita o período missionário, tendo inaugurado o período secular na história do pensamento linguístico na América portuguesa setecentista. Os estudos de uma modelagem teórica sobre o século XVIII ainda estão em curso, mas, de antemão, o que se percebeu, inicialmente, é uma interiorização do projeto colonial, com textos sobre a língua geral amazônica, o *nheengatú*, como um traço marcante do período.

## 7. Conclusão

Em nossa pesquisa, estamos desenvolvendo, além de um modelo teórico para a descrição do pensamento linguístico de Anchieta, um método para desenvolver uma edição crítica de sua gramática quinhentista. Nesse sentido, a obra e os estudos de Julius Platzmann (1832–1902) tem sido o principal anelo para organizar uma edição comentada da gramática anchietana. Esse processo tem levado a uma leitura direcionada pela Crítica Textual e pela Ecolinguística de análise dos pormenores da gramática missionária (Cf. KALTNER, 2020c; 2020d; 2020e).

Em nossa leitura, estamos iniciando a pesquisa filológica sobre o segundo capítulo da obra, acerca da ortografia aplicada por Anchieta, na descrição da língua dos indígenas de cultura tupinambá. O capítulo de ortografia da gramática de Anchieta é uma demonstração de como a ortografia da língua portuguesa foi adaptada para registrar o vernáculo indígena, língua utilizada pelos missionários para a catequese dos povos indígenas aliados ao projeto colonial na América portuguesa quinhentista.

A obra de Anchieta foi reconsiderada por Julius Platzmann no século XIX, intelectual de formação acadêmica, já no período secular da

história do pensamento linguístico, quando a modernidade chega ao Brasil. Nesse sentido, a disciplina de HL também busca encetar uma análise da recepção do pensamento linguístico entre contextos diversos, uma tarefa ainda incipiente, mas que tem mostrado como se constituiu o processo histórico de formação de uma identidade nacional no pensamento linguístico brasileiro.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Cristina. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. In: ALTMAN, Cristina *et al. Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 19-44

ANCHIETA, José de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: António de Mariz, 1595.

\_\_\_\_\_. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Apresentação Dr. Carlos Drummond e aditamentos de Pe. Armando Cardoso, S.J. São Paulo: Loyola, 1990 [1595].

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli. Campinas: Orlandi. Campinas-SP: Unicamp. 1992.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Historiografia da Linguística e um quadro sociorretórico de análise. In: ALTMAN, C. *et al. Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 81-114

COUTO, Hildo Honório. *Ecolinguística*. Brasília: Thesaurus, 2007.

KALTNER, Leonardo Ferreira. As ideias linguísticas no discurso De Liberalium Artium Studiis (1548). *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 56, p. 197-217, 2019a.

\_\_\_\_\_. Latin in colonization of sixteenth century Brazil. *Cadernos de Letras da Uff*, n. 26 (53), p. 39-60, 2016.

\_\_\_\_\_. Monumenta Anchieta à luz da Historiografia Linguística: o trabalho filológico de Pe. Armando Cardoso, SJ (1906–2002). *Cadernos de Linguística da Abralin*, ano 1, n.1, p.01-15, 2020a.

\_\_\_\_\_. O Brasil quinhentista e a Historiografia Linguística: interfaces. *Cadernos do CNLF (Cifefil)*, n. 23, p.424-439, 2019b.

\_\_\_\_\_. *O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl von Martius: estudos historiográficos*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020b.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Por uma edição crítica da gramática de Anchieta (1595). *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 26, n. 76, v. 2, p. 717-31, set./dez. 2020c.

\_\_\_\_\_. Regna Brasillica: contextualização da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595). *Revista da Abralin*, n. 19, p. 1-25, 2020d.

\_\_\_\_\_. The Grammar Corpus in the Horizon of Retrospection of S. José de Anchieta, SJ (1534–1597). *Global Journal of Human-social Science: G Linguistics & Education*, n. 20, p. 37-44, 2020e.

\_\_\_\_\_. The place of Anchieta's Grammar in the history of linguistic thought in Brazil. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 1, p. e610, 2022. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/610>. Acesso em: 14 fev. 2022.

\_\_\_\_\_; SILVA, S. C. S. Gramáticas e gramaticografia: uma análise pela Historiografia Linguística. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 25, n. 75, v. 2 p.1564 - 1572, set./dez. 2019.

\_\_\_\_\_; SANTOS, M. C. S. Schola Aquitanica e a gramática de Despauterius: intertextualidades. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: CIFEFiL, n. 76, v. 2, p. 750-59, 2020.

\_\_\_\_\_; SANTOS, M. C. S.; TEIXEIRA, V. L. Gaspar da Índia: a língua e o Brasil quinhentista. *Confluência*, v. 57, p. 9-35, 2019.

KOERNER, Konrad. Questões que persistem em Historiografia da Linguística. *Revista da Anpoll*, n. 2, p. 45-70, 1996.

RODRIGUES, Aryon. Descripción del tupinambá en el período colonial: el 'Arte' de José de Anchieta. In: ZIMMERMANN, K. *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt-Main/Madrid: Verbuert-Iberoamericana, 1997. p. 371-400

SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*, n. 44-5, p. 39-59, 2013.

\_\_\_\_\_. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas e problemas. In: ALTMAN, C. *et al. Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 45-80

ZWARTJES, Otto. The description of the indigenous languages of portuguese america by the jesuits during the colonial period. The impact of the Latin Grammar of Manuel Álvares. *Historiographia Linguistica*, n.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

XXIX: 1/2, p. 19-70. Amsterdam: John Benjamins, 2002. Disponível em: [https://www.academia.edu/7972042/The\\_description\\_of\\_the\\_indigenous\\_languages\\_of\\_Portuguese\\_America\\_by\\_the\\_jesuits\\_during\\_the\\_colonial\\_period\\_The\\_impact\\_of\\_the\\_latin\\_grammar\\_of\\_Manuel%20Alvares](https://www.academia.edu/7972042/The_description_of_the_indigenous_languages_of_Portuguese_America_by_the_jesuits_during_the_colonial_period_The_impact_of_the_latin_grammar_of_Manuel%20Alvares).